

Condições socioeconômicas dos estudantes dos Institutos Federais: o caso do *Campus* Palmas, do IFTO

Carla Simone Burdzinski⁽¹⁾ e
Fernando Negret Fernandez⁽²⁾

Data de submissão: 30/7/2020. Data de aprovação: 8/10/2020.

Resumo – Este artigo objetivou identificar as características socioeconômicas dos estudantes do *Campus* Palmas, do Instituto Federal de Tocantins (IFTO). O estudo se desenvolveu com base em pesquisa bibliográfica para a definição dos aspectos teóricos e conceituais; pesquisa documental para obter dados e informações sobre aspectos gerais dos Institutos Federais, suas principais áreas de formação profissional, o perfil dos estudantes da rede, bem como dados sobre a estrutura institucional e administrativa do IFTO, dos seus estudantes e, especificamente, do *Campus* Palmas. Nas pesquisas de campo, foram aplicados questionários aos estudantes, que definiram suas características socioeconômicas, e, posteriormente, entrevistas com as assistentes sociais do *campus*, em que se pretendeu avaliar o perfil discente do ponto de vista social. Durante o estudo, foi constatado um número expressivo de discentes em situação de evasão e retenção na unidade, e se examinaram as políticas de assistência estudantil e as ofertas dos auxílios concedidos. Por fim, com base nos resultados dos questionários, realizaram-se propostas para subsidiar as ações, programas e projetos de assistência ao estudante que contribuam para deter a evasão, facilitar a permanência e melhorar a qualidade de vida e as possibilidades de sucesso na vida profissional do discente.

Palavras-chave: Características Socioeconômicas. Educação Profissional. Estudantes. Institutos Federais.

Socioeconomic conditions of students from Federal Institutes: the case of *campus* Palmas, IFTO

Abstract – This paper aimed to identify the socioeconomic characteristics of students at the Federal Institute of Tocantins - Palmas *Campus*. The study was developed based on bibliographic research for the definition of theoretical and conceptual aspects; documentary research to obtain data and information on general aspects of Federal Institutes, their main areas of professional training, the profile of students in the network, as well as data on the institutional and administrative structure of the Federal Institute of Tocantins, its students and, specifically, *Campus* Palmas. In the field research, questionnaires were applied to the students, who defined their socioeconomic characteristics, and later, interviews with the *Campus*' social workers, in which it was intended to evaluate the student profile from the social point of view. During the study, an expressive number of students in situations of evasion and retention were found in the school, and student assistance policies and offers of aid granted were examined. Finally, based on the results of the questionnaires, proposals were made to subsidize student assistance actions, programs and projects, which contribute to stopping evasion, facilitating permanence, improving the quality of life and the possibilities of success in student's professional life.

Keywords: Socioeconomic characteristics. Professional education. Students. Federal Institutes.

Introdução

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, ampliou em todo o território nacional a Rede Federal de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA. *carlasb@ifto.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2294-9941>.

² Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA. *fenegret@uol.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1253-0725>.

Educação Profissional, constituindo atualmente 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que ao longo de 2019 atenderam 1.023.303 estudantes (MEC, 2020).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é parte dessa rede e resultante desse processo de criação dos IFs e da complexidade com que ocorre a concepção e a legitimação da educação profissional e tecnológica no Brasil. Resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) com a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), o IFTO compreende atualmente, além da Reitoria, outros 11 *campi* no estado do Tocantins.

Na perspectiva de expansão e transformação da oferta da educação profissional, com a criação dos Institutos Federais e, mais especificamente, com a concepção do Instituto Federal do Tocantins e do *Campus* Palmas, credita-se a contribuição da instituição na formação tecnológica e técnica nos níveis regional e estadual. Além disso, esse processo de institucionalidade da educação técnica e tecnológica impactou significativamente no aumento da oferta de cursos e, conseqüentemente, na procura de estudantes por qualificação.

Nesse sentido, conhecer o perfil desse estudante e suas características socioeconômicas ou indicadores sociais, econômicos e culturais deverá permitir que o IFTO possa criar estratégias de assistência estudantil que oportunizem minimizar os índices de evasão, estimular o rendimento acadêmico e oportunizar a formação integral do discente.

Esse público, alvo para a instituição de ensino, não é de fato investigado ou considerado na maioria das atividades ou ações implementadas com a finalidade de promover seu acesso, permanência e êxito escolar. As formas de auxílio são determinadas pelo estado como política estudantil e enquanto direito constitucional (BRASIL, 1988, Art. 206), e ocorrem sistematicamente para todas as outras instituições de educação, sem levar em consideração as realidades locais ou regionais ou mesmo as especificidades e heterogeneidades dos estudantes.

É importante ressaltar que as políticas de assistência estudantil são ofertadas atualmente com recursos destinados pelo governo federal e determinados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Os recursos financeiros são remetidos às instituições que estabelecem, por meio de editais e demais procedimentos institucionais, as concessões das modalidades de auxílios aos estudantes. Ou seja, a gestão do recurso é autônoma, e deve ser regulamentada de forma individualizada em cada instituição, com vistas a garantir o benefício aos estudantes.

Nesse contexto, essas informações, fundamentadas nas necessidades prioritárias dos estudantes do *Campus* Palmas, poderão contribuir para a elaboração de soluções que assegurem aos estudantes a igualdade de oportunidades no desempenho das suas atividades escolares, para diminuir significativamente a evasão e garantir sua permanência, com a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, seu sucesso profissional.

Sob essa perspectiva, este trabalho apresenta como objetivo geral identificar as características socioeconômicas dos estudantes do *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, com o intuito de estabelecer o perfil próprio dos alunos e possibilitar o fortalecimento da política de assistência aos alunos, melhorando suas condições de vida, garantindo sua permanência na instituição e elevando seu rendimento acadêmico.

Este estudo é parte da dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional que aborda com maior profundidade a pesquisa referente às características socioeconômicas dos estudantes do *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins. Diante disso, apresentam-se neste artigo a metodologia e a análise bibliográfica e documental com os aspectos históricos e conceituais da educação profissional no Brasil, com a criação dos Institutos Federais e do Instituto Federal do Tocantins e, com mais especificidade o *Campus* Palmas e seus estudantes. Analisam-se, ainda, os resultados obtidos com o questionário aplicado aos estudantes, bem como com a pesquisa realizada com as assistentes sociais do *campus*. Enfim, são propostas sugestões para subsidiar as ações de assistência estudantil na instituição.

Materiais e métodos

Foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com o intuito de apresentar os aspectos históricos e conceituais, leis e documentos pertinentes a educação profissional no Brasil, ao processo de implantação dos Institutos Federais e especificamente do Instituto Federal do Tocantins. A partir desses estudos se identificaram fontes sobre as políticas da educação profissional e tecnológica, os objetivos, missão e os valores que norteiam o funcionamento dos Institutos Federais e sua relação com a comunidade.

Com relação à pesquisa documental foram coletados e analisados documentos do Instituto Federal do Tocantins, como Planos de Desenvolvimento Institucionais, regulamentos, relatórios de gestão, relatórios de ações, editais, projetos pedagógicos, entre outros.

As pesquisas de campo foram realizadas com 40 estudantes dos cursos técnicos subsequentes e com as três assistentes sociais do *Campus* Palmas. Aos estudantes, foi aplicado um questionário no qual foram consultados aspectos sociais, econômicos e culturais de forma a obter uma caracterização de suas condições de vida e das suas vivências familiares e suas atividades culturais. A amostragem foi realizada com 40 estudantes do IFTO, *Campus* Palmas, da modalidade do ensino técnico subsequente presencial e tecnológico dos cursos de Agrimensura, Eletrotécnica, Secretariado e Segurança do Trabalho, e, de cada um desses cursos, foram aplicados questionários em uma turma completa de 10 alunos, totalizando 40 alunos entrevistados dessa modalidade de ensino.

A escolha da amostra se fez necessária dada a quantidade e diversidade das modalidades de cursos que o *Campus* Palmas oferta à comunidade, e, dessa forma, optou-se pelos cursos técnicos subsequentes presenciais, pois a Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica (RFEPT) surgiu com a oferta exclusiva de cursos profissionalizantes de qualificação. Além disso, os cursos escolhidos foram os primeiros ofertados pelo *Campus* Palmas, do IFTO, criados entre os anos de 2003 e 2005 e que ainda apresentam ofertas ativas, e, entre os cursos técnicos subsequentes com os maiores números de estudantes matriculados, justificando, portanto, a seleção desses cursos e da modalidade como sendo mais representativas para o estudo.

Posterior à aplicação da pesquisa de campo com os estudantes e com a finalidade de corroborar o estudo, foram realizadas entrevistas com as três assistentes sociais do *Campus* Palmas, que são encarregadas da aplicação e do monitoramento da política de assistência social aos estudantes da instituição, implementadas em detrimento da formação e permanência do discente.

Resultados e discussões

1 Aspectos conceituais e históricos da educação profissional no Brasil

1.1 O conceito de educação profissional e técnica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade de educação com a finalidade essencial de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (MEC, 2020). Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a modalidade oportuniza ao aluno ter uma profissão, resultado da obtenção do conhecimento necessário e consequente desenvolvimento das competências para ocupação especializada.

A EPT abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Também prevê a integração com os diferentes níveis e modalidades da educação e com as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Apresenta articulação com a modalidade da educação de jovens e adultos, com a educação básica no nível do ensino médio, na forma

articulada de oferta — integrada, concomitante, subsequente ou intercomplementar (concomitante na forma e integrada no conteúdo) (MEC, 2020).

A concepção da Educação Profissional e Tecnológica apresenta também conformidade com a Constituição Federal, segundo seu art. n. 227, que discorre sobre dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Diante disso, a EPT ostenta um certo privilégio, ofertando o direito à “educação” e à “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos com absoluta prioridade.

A EPT, como modalidade do sistema educacional brasileiro, segue de forma paralela aos níveis do sistema educacional geral, ou seja, inicia no ensino fundamental ou ensino básico, ofertando para a comunidade os cursos de qualificação profissional ou de Formação Inicial e Continuada (FIC), os cursos do ensino médio integrado ao técnico e os técnicos subsequentes, seguidos pelos cursos de nível superior, de graduação tecnológica, licenciatura e bacharelados, além dos cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*.

1.2 A criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e compostos a partir da união dos CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às universidades. Contudo, os arranjos foram instituídos já no final dos anos 1970, quando o governo federal promulgou a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que transformou as escolas técnicas federais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná em Centros Federais de Educação Tecnológica. Até o marco que sanciona a lei de criação dos IFs transcorreram não só anos, decretos ou leis, mas também governos, reformas ou ainda concepções políticas e ideológicas. Entretanto, aqui somente se incluem alguns momentos relevantes das últimas décadas.

Foi o Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, que definiu, nos termos do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, os Centros de Educação Tecnológica, redimensionando o conjunto das políticas de educação profissional dos anos 1990. Tal decreto, repercutiu na estrutura da rede federal de educação profissional, na oferta e qualidade dessa modalidade de ensino, na possibilidade de parcerias entre os órgãos governamentais federativos e no acesso e permanência do jovem trabalhador à formação técnico-profissional.

Posteriormente veio a publicação de dois documentos, também importantes para o redimensionamento das políticas de educação profissional e para a institucionalização dos Institutos Federais de Educação: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, em 2004; e Subsídios para o Processo de Discussão da Proposta de Anteprojeto de Lei da Educação Profissional e Tecnológica, em 2005. Ambas as publicações projetavam ampliar o diálogo com a sociedade, reiterar os compromissos de governo com a educação e amadurecer as propostas de políticas e ações públicas para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil (BRASIL, 2004).

Em seguida, ocorreu a revogação do Decreto nº 2.208, de 1997, que determinava que a educação profissional de nível técnico deveria ter organização curricular própria e independente do ensino médio (BRASIL, 1997, art. 5º). Com isso, as escolas que faziam parte da rede federal de EPT, CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas passaram a ter competência para gerir e implantar cursos nas três etapas e níveis da educação profissional. Dessa maneira, reestabeleceu-se a integração curricular do ensino médio com a educação profissional de nível técnico, de acordo com o que dispunha o art. 36 da LDB (BRASIL, 1996).

Com isso, a Educação Profissional ficou organizada em cursos e programas, em vez de níveis, conforme dispõe o art. 1º do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004: a) de formação inicial e continuada de trabalhadores; b) de educação técnica de nível médio; e c) de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

A partir de 2006, são destinados pelo governo federal investimentos para a Educação Profissional e Tecnológica no país, apontando para um processo de expansão dessa modalidade de ensino. Paralelamente, o governo federal propõe um conjunto de programas destinados a fomentar a oferta do ensino médio à educação profissional, entre eles: Programa Brasil Profissionalizado, Programa Ensino Médio Inovador e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Assim, os cursos de formação inicial e continuada (antigos cursos de nível básico) foram definidos para serem ofertados na perspectiva de itinerários formativos, com o propósito de desenvolvimento de aptidões para o exercício de atividades laborais e sociais, articulados com a segunda etapa do Ensino Fundamental, com o Ensino Médio Regular e com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo que a qualificação para o trabalho também implicasse a elevação do nível de escolaridade do indivíduo.

Em novembro de 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), responsável pela educação profissional e tecnológica no Ministério da Educação, realizou a primeira Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (Concefet). O evento foi um marco para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), promovendo amplos debates entre autoridades governamentais, gestores, intelectuais da área do ensino profissional, docentes e alunos. Consequentemente, tais discussões resultaram em várias contribuições na definição das diretrizes para a política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao desenvolvimento do país, à inclusão social e quanto ao papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social, observadas as realidades regionais (BRASIL, 2007).

Dessa forma, apesar de não ter sido citado verbalmente o termo “Instituto Federal” nos debates e discussões realizados durante a Concefet, percebeu-se que o MEC já teria uma proposta de reorganização da educação profissional e tecnológica no Brasil. Tal proposta apresentou-se alicerçada na busca para a inclusão social de milhares de jovens e adultos que estão à margem não só do mundo do trabalho, mas também do acesso à cultura e do efetivo direito à cidadania (BRASIL, 2007).

A partir dessa conjuntura, é publicado o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 — Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica (BRASIL, 2007), primeiro documento que faz menção à criação da rede federal de educação técnica e tecnológica. Nos anos posteriores, são publicados mais dois documentos que se tornam os marcos legais de criação dos Institutos: Projeto de Lei nº 3.775/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências; e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências (BRASIL, 2008).

A Lei nº 11.892, de 2008, sustenta a redação do Projeto de Lei nº 3.775/2008 no que diz respeito à definição dos IFs e reitera que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL, 2008, p. 1).

Complementa-se, ainda, que, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (art. 2º da Lei nº 11.892, de 2008).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram concebidos com o objetivo de promover o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade em regiões distintas do território nacional (MEC, 2008). Diante disso, sua composição se deu a partir da união entre os CEFETs, excetuando-se as unidades do RJ e MG, as escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às universidades.

Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) integra 38 Institutos Federais em todas as unidades da Federação, além da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

Os Institutos são detentores de autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica. Entre as principais finalidades, os IFs devem: ofertar educação profissional e tecnológica que forme e qualifique os cidadãos para a atuação profissional observando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; promover a integração da educação básica à educação profissional; desenvolver programas de extensão; e estimular a pesquisa. Consideradas as finalidades e características descritas no art. 6º da lei de criação dos Institutos (Lei nº 11.892, de 2008), seus objetivos são definidos no art. 7º:

I - Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - Ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

Suas finalidades e características justificam, portanto, um modelo de ensino enquanto política pública de integração regional, algo inédito, até então, na história da educação profissional no Brasil, entrelaçando ações conjuntas com ministérios, secretarias e órgãos públicos, de modo a possibilitar um sentido social e pedagógico que vá além do ensino e que supere a ideia da formação de cidadãos aptos apenas ao mercado de trabalho (PACHECO, 2011).

Em capítulo especial da lei de criação dos Institutos, o Ministério da Educação (MEC) expõe elementos demarcadores dessa nova institucionalidade, os quais relacionam-se abaixo:

- a) a dimensão simbólica: os IFs surgem como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. Procura articular a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de EPT em diferentes níveis e modalidades de ensino.
- b) ao seu caráter de política pública: os IFs respondem à necessidade da institucionalização definitiva da EPT como política pública. Assim, assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.
- c) a sua relação com o desenvolvimento local e regional: os IFs buscam se articular ao contexto em que estão instalados com o objetivo de provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que, ainda neste século, castiga a sociedade brasileira.
- d) ao seu caráter de rede social: os IFs estabelecem-se como rede social ao procurarem o compartilhamento de ideias, visando construir uma cultura de participação e de absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente.
- e) ao desenho curricular: os IFs devem oferecer educação básica, em cursos de Ensino Médio Integrado à EPT de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado, em particular as engenharias, programas de pós-graduação Lato e Stricto Sensu, assegurando, ao mesmo tempo, a formação inicial e continuada de trabalhadores.
- f) ao conjunto educação, ciência, trabalho e tecnologia: os IFs propõem uma educação firmada sob o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura. Suas propostas de formação contemplam os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade.
- g) a autonomia: os IFs são instituições de natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar (BRASIL, 2008b).

Em 2019, segundo dados do portal do Ministério da Educação, os *campi* e unidades dos Institutos Federais em funcionamento totalizam 644, e, segundo a Plataforma Digital Nilo Peçanha, o número de matriculados totais da rede de educação federal tecnológica é de aproximadamente 700 mil alunos.

A totalidade do plano de expansão dos Institutos Federais ainda compreendia a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), o que levaria a Rede Federal à configuração de 1.000 unidades até o final da atual década (BRASIL, 2011). Atualmente, dados da Setec não confirmam o alcance da ambição de instalação das unidades de IFs, uma vez que ocorreram mudanças significativas na política brasileira com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016, e com a eleição do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em 2018.

1.3 Áreas de formação profissional e tecnológica dos Institutos Federais

No desenvolvimento das atividades acadêmicas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as modalidades ofertadas estão descritas na sua lei de criação: deverão ser garantidas as ofertas do ensino técnico (50%), licenciaturas (20%) e a atuação nos cursos de qualificação profissional, tecnologia, pós-graduação, pesquisa e extensão. Além disso, destinam-se, obrigatoriamente, 10% do número total de matrículas do ano anterior ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja (BRASIL, 2008). Estabelecidas as porcentagens definidas por lei, o restante, ou seja, 20%, será definido conforme as diretrizes de cada Instituto.

Nesse sentido, conforme os apontamentos de Pacheco (2011), as regiões onde os Institutos estão inseridos e têm abrangência devem ser monitoradas permanentemente em relação aos perfis socioeconômicos, políticos e culturais, por se conceberem como mecanismos para a identificação de potencialidades territoriais e regionais e, posteriormente, para a oferta

de cursos. Em concordância, Silva (2013) sugere que os Institutos Federais podem contribuir efetivamente para diminuir as desigualdades sociais e regionais, o que é fundamental para o estreitamento de sua relação com os territórios e regiões.

De qualquer forma, o que se pode ponderar com o senso comum é que quando, em uma determinada região, há a disposição e a vontade política por parte dos atores sociais, dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil organizada, pode-se fomentar a criação e ofertas de cursos, oportunizando formação aos estudantes e profissionais, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico da região e à competitividade das empresas.

As ofertas de cursos dos Institutos Federais estão descritas em diferentes documentos, entre eles a Chamada Pública nº 002/2007, que acolheu propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia:

- I ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos princípios do IFET;
- II ofertar a educação básica, a licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como ofertar estudos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*;
- III orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável;
- IV promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (BRASIL, 2007).

A oferta de cursos dos Institutos Federais deverá também estar condicionada ao Decreto nº 6.095, de 2007, que determina, no seu art. 4, que as instituições que ofertarem a modalidade de educação profissional e tecnológica elaborem um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrando seu Plano de Vocação Institucional e observando o disposto no art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, destacando o que segue.

§1º A vocação institucional expressa no projeto de PDI integrado deverá se orientar para as seguintes ações:

- I ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade;
- II desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do IFET;
- IV estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2007).

A oferta de cursos, tratada neste estudo especificamente no âmbito dos cursos técnicos, está descrita no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), cuja terceira e última edição foi lançada no ano de 2014. Trata-se de um instrumento que subsidia o planejamento e a oferta dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio, além de orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral.

2 O Campus Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, seus cursos, seus estudantes e sua política assistencial estudantil

Atualmente o Instituto Federal do Tocantins, no seu conjunto, compreende a Reitoria, localizada em Palmas, os *campi* de Araguatins e Palmas, os quais lhe deram origem, e os *campi* de Paraíso do Tocantins, Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis e Colinas do Tocantins, além dos *campi* avançados de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso. O IFTO também compreende outros dezesseis polos de educação a distância, onde são ofertados cursos de ensino médio e superior, além de pós-graduações *lato sensu*, nas

modalidades presencial e a distância, atendendo a todas as microrregiões do Tocantins. Geograficamente, o IFTO atua não só no Tocantins, mas nos estados com que faz divisa, como Maranhão, Piauí e Bahia.

2.1 O *Campus Palmas*

O *Campus Palmas*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, objeto deste estudo, foi criado com a publicação da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, como Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-PALMAS), e, após um longo período de procedimentos para a sua construção, foi oficialmente inaugurado em abril de 2003, ofertando três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Em 2004, a ETF-Palmas realizou mais um processo seletivo ofertando seis novos cursos técnicos subsequentes: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócio, Turismo e Hospitalidade, Secretariado Executivo e Saneamento Ambiental. Em janeiro de 2005, iniciou a oferta dos seguintes cursos de ensino profissional integrado ao ensino médio: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática. Em dezembro, a instituição teve seus quatro primeiros Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs): CST em Construção de Edifícios, Gestão Pública, Sistemas Elétricos e CST em Sistemas para Internet. Implementou também, no segundo semestre do mesmo ano, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja (IFTO, 2015).

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei nº 11.892, de 2008, a Escola Técnica Federal de Palmas passou a ser denominada *Campus Palmas* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Atualmente, o *campus* oferta cursos nas modalidades técnico integrado ao ensino médio, técnico subsequente, técnico EaD, superior (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia), Proeja e pós-graduações. Além disso, também são ofertados cursos de formação inicial e continuada, voltados à capacitação rápida da comunidade para o mercado de trabalho. O *Campus Palmas* desenvolve ainda diversas atividades de extensão e pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade em geral (IFTO, 2020), conta com capacidade para atender mais de 4.000 alunos e ocupa uma área de 128.508,38 m², com aproximadamente 25 mil m² de área construída.

O *Campus Palmas* dispõe de mais de 400 servidores, sendo 233 professores e 109 técnicos administrativos em educação, que têm a função de assegurar as atividades acadêmicas e laborais. Além disso, conta com mais de 70 colaboradores terceirizados atuando na área de segurança, serviços gerais, serviços de atendimento ou no refeitório e nas cantinas do *campus*.

No seu Regimento Interno, que disciplina as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da sua estrutura organizacional, afirma-se que:

O *Campus Palmas*, com sede na cidade de Palmas, do Estado do Tocantins, unidade descentralizada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, dotado de autonomia para realizar gestão administrativa, financeira, patrimonial, didática, acadêmica e disciplinar, tem por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFTO, 2019).

O *campus* está localizado na cidade de Palmas, capital mais nova do Brasil, fundada em maio de 1989, e a maior cidade do estado do Tocantins, com aproximados 300 mil habitantes. A cidade foi concebida para ser o centro administrativo do estado do Tocantins, portanto o principal setor econômico de Palmas são os serviços (IFTO, 2019).

A trajetória da instituição tem seu desenvolvimento alinhado com o estado e com o país nas transformações que vivenciou. A construção da capital atraiu grande contingente de pessoas não apenas de outros estados, mas também dos municípios tocantinenses, entre eles, jovens em busca de trabalho e estudo, que se deslocaram para a nova capital. “Sua construção foi importante para o processo de urbanização do estado do Tocantins, até a construção da nova

capital, as áreas mais urbanizadas encontravam-se às margens da BR – 153” (TOCANTINS, 2017).

2.2 Características dos estudantes do *Campus Palmas*

Dados da Secretaria Acadêmica do *Campus Palmas* registram que 20.294 estudantes ingressaram no *campus* desde o início de suas atividades, em todos os cursos e modalidades existentes, inclusive os ofertados a distância e os cursos de curta duração. Desses mais de 20 mil estudantes, 8.456 abandonaram a instituição, 1.379 foram desligados, 515 transferidos, 299 integralizados, 5.024 concluíram e o restante está em curso, ou seja, cerca de 4.600 estudantes. Não é possível justificar o alto índice de abandono dos estudantes, cerca de 41,63%, uma vez que não ocorreu nenhum estudo ou pesquisa que pudesse identificar as causas do número elevado dessas evasões.

Dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), com ano base de 2018, apontam 7.825 inscritos, 5.323 matrículas, 1.535 ingressantes, 1.741 matrículas e 613 concluintes nos 57 cursos ofertados pela unidade de Palmas (PNP, 2020). Especificamente os cursos técnicos subsequentes presenciais do *Campus Palmas* já somaram 5.757 matrículas em situação de concluídas, em curso, integralizadas, desligadas ou ainda estudantes que abandonaram um dos 14 cursos que já foram ou ainda estão sendo ofertados pelo *Campus Palmas* (IFTO, 2020).

Nesse entendimento, os cursos técnicos subsequentes presenciais representam o maior número de matrículas do *Campus Palmas* desde sua criação, há 17 anos. Entre os principais ainda ofertados, destacam-se os cursos técnicos em Controle Ambiental, Segurança do Trabalho, Automação Industrial, Eletrotécnica, Secretariado, Informática, Agrimensura e Edificações.

3 Pesquisas de campo

Após o consentimento da Direção-Geral do *Campus Palmas* para a aplicação da pesquisa de campo com os estudantes, foi realizado o agendamento com os professores e coordenadores dos cursos selecionados para a pesquisa nos dias 11 e 12 do mês de março de 2020. No dia 11 de março pela manhã, foram aplicados os questionários aos estudantes do curso técnicos de Agrimensura, e, à noite, aos estudantes dos cursos de Secretariado e Segurança do Trabalho. Já no dia 12 de março, no período noturno, os questionários foram aplicados aos estudantes do curso técnico em Eletrotécnica.

A pesquisa de campo com as assistentes sociais do *Campus Palmas* foi realizada por meio de entrevistas enviadas aos e-mails institucionais das servidoras entre os dias 30 de maio a 5 de junho de 2020. A aplicação do instrumento via e-mail, deu-se em função da pandemia causada pela Covid-19, iniciando um período de quarentena e de várias restrições que foram estendidas às instituições de ensino, iniciando as atividades remotas de funcionamento do *Campus Palmas* no dia 16 de março de 2020.

Os questionários, intitulados “**Questionário sobre as Características Socioeconômicas dos Estudantes do Instituto Federal do Tocantins – *Campus Palmas***” abordaram quatro aspectos: a) identificação do estudante em relação ao sexo, raça ou cor, faixa etária, estado civil, renda, tipo de moradia, naturalidade e trabalho; b) bens do estudante, incluindo a condição da moradia, e as três últimas viagens realizadas, o local e os motivos. c) participação e frequência em atividades sociais e culturais, e a natureza dos assuntos que são abordados em família ou na escola; e d) aspectos relacionados a vida acadêmica, ao curso e ao *Campus Palmas*, do IFTO.

a) Identificação do estudante em relação ao sexo, raça ou cor, faixa etária, estado civil, renda, tipo de moradia, naturalidade e trabalho

Dos 40 estudantes pesquisados, 55%, são do sexo feminino, ou seja, 22 estudantes são mulheres e 18 homens, que correspondem a 45% dos pesquisados. Já em relação a cor ou raça, 24 estudantes, que correspondem a 60% do total se declararam pardos, 9 discentes, ou 22,2%, são pretos, 4 são brancos, 1 amarelo e 2 não responderam. Nesse sentido, a pesquisa de campo realizada apresenta dados semelhantes aos analisados na PNP de ano-base de 2018, com uma

maioria de estudantes declarados pardos. Ressalta-se que não foram identificados estudantes indígenas ou quilombolas na pesquisa de campo.

Quanto à idade, 25 estudantes, ou 62,5%, estão na faixa etária de 18 a 28 anos, entre eles 16 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. A faixa etária de 29 a 39 anos contempla 30% dos estudantes, sendo 8 são homens e 4 mulheres. Somente 3 estudantes têm faixa etária de 40 a 49 anos. Percebe-se, com isso, um público jovem feminino, já que também não foram identificados estudantes com 50 anos ou mais. Tais porcentagens também se assemelham às apresentadas anteriormente pela PNP.

Quando perguntados se trabalham, 22 estudantes (55%) afirmaram que sim e 18 (45%) estudantes declararam não trabalhar. Destes, 13 são homens e 9 são mulheres. Não foram questionados aos estudantes os motivos pelos quais não trabalhavam, contudo, pôde-se conceber que estavam se dedicando ao ensino com exclusividade, já que alguns cursos são ofertados no período matutino e os estudantes apresentaram um perfil relativamente jovem em relação à faixa etária, inclusive as mulheres, conforme apresentado anteriormente.

Em relação à renda pessoal ou familiar, 15 estudantes declararam que dispõem de até 1 salário mínimo, ou seja, até R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais). Para 27 entrevistados, ou seja, uma maioria que representa 67,5% dos estudantes, a renda é de até 2 salários mínimos, o que indica que são muito pobres. Para 6 entrevistados, a renda é de até 3 salários mínimos, também considerada baixa, se mais pessoas dependerem dessa renda. A renda de 4 salários mínimos ou mais é declarada por 5 participantes, e 2 estudantes afirmam não ter renda ou não quiseram declarar.

Também é possível conceber, que de acordo com a renda e o sexo, os homens declararam ter renda maior que as mulheres. A renda de 3 salários mínimos ou mais foi declarada por 7 estudantes do sexo masculino e apenas por 4 do sexo feminino. Além disso, 9 estudantes do sexo feminino declararam ter renda de até 1 salário mínimo, enquanto que 6 estudantes homens declararam ter a mesma renda. Não foi possível realizar o cruzamento dessas informações por raça, uma vez que são dados muito aproximados.

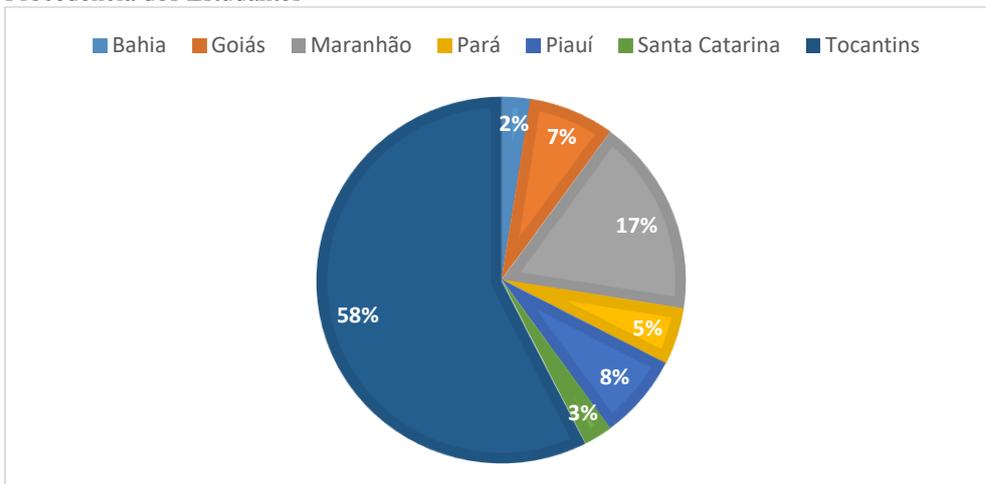
Em relação ao estado civil, da totalidade dos entrevistados, 75%, ou seja, 30 discentes são solteiros, 6 são casados, 1 é divorciado e 3 não responderam à questão. No que concerne ao trabalho dos estudantes, 13 homens trabalham e apenas 9 estudantes do sexo feminino exercem alguma atividade formal laboral. Além disso, apenas 5 homens solteiros não trabalham, enquanto 13 mulheres não trabalham, entre elas 10 são solteiras, 2 casadas e uma divorciada.

Com relação à moradia, 18 moram em casa própria e 33 residem com familiares, ou seja, 82,5% dos discentes. Já 19 entrevistados moram em residências alugadas e 3 em outros tipos de moradia, que representam 55% dos entrevistados. Relacionando o tipo de moradia ao sexo, tem-se uma predominância do sexo masculino com casa própria, sendo 10 homens proprietários, enquanto 8 são do sexo feminino. No tipo de moradia de aluguel, 12 estudantes do sexo feminino declararam residir nesse tipo de moradia, enquanto apenas 7 estudantes do sexo masculino residem em imóveis alugados. Além disso, 7 dos discentes entrevistados declararam morar com amigos, sozinhos ou em outra situação.

A maioria dos estudantes que declararam ter casa própria afirmam ser de cor ou raça parda, entre eles 13 estudantes. Somam-se a estes 3 declarados pretos, 1 amarelo e outro que não quis ou não soube declarar sua cor ou raça. A moradia de aluguel foi declarada por 9 estudantes pardos, 5 pretos e 4 brancos, e 1 estudante preferiu não declarar sua cor.

Sobre a naturalidade dos estudantes do IFTO, 58% são do estado do Tocantins. Destes, 11 são de Palmas e outros 12 nasceram em outros municípios do interior do estado. A procedência dos demais estudantes está distribuída em outros 6 estados: 7 nasceram no Maranhão, 3 em Goiás, 3 no Piauí, 2 no Pará, 1 em Santa Catarina e 1 na Bahia. Isso demonstra que o IFTO tem uma presença diversificada de estudantes de vários estados do Brasil.

Procedência dos Estudantes

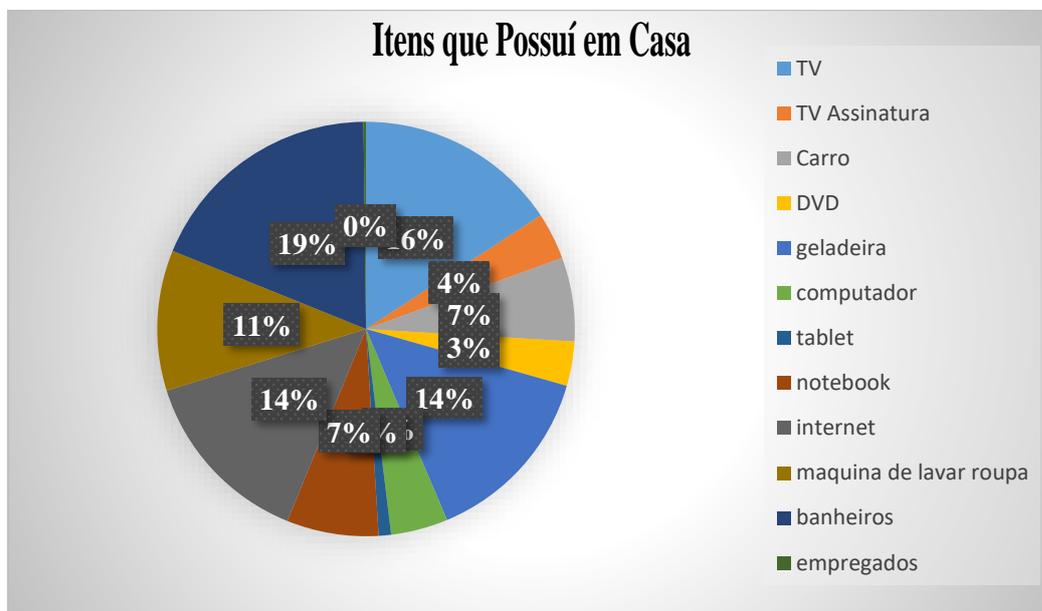


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), dos municípios de procedência de estudantes do interior do estado, o nível está entre baixo e médio, exceto as cidades de Paraíso, Porto Nacional e a própria capital Palmas, que apresentam um IDH alto, entre 0,700 e 0799, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano de 2010.

b) Bens do estudante, incluindo a condição da moradia e as três últimas viagens realizadas, o local e os motivos

Em relação aos bens que possui em casa, é notável apresentar que todos têm acesso a tecnologia com internet móvel ou fixa, a maioria tem computadores ou notebooks e *tablets* e, ainda, alguns têm canais de TV por assinatura em casa. Contudo, em relação a ter empregados, somente 1% afirmou ter auxílio para as tarefas domésticas.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020.

Nesta seção pode-se constatar que o estudante do *Campus Palmas*, do IFTO, desloca-se em viagens, uma vez que 26 estudantes, ou seja 65%, responderam que viajaram a passeio nos três últimos anos. Os locais de destino variam de praias a casas de parentes em diversas localidades do Brasil. Somente 14 estudantes afirmaram não ter viajado ou ter viajado a trabalho, nesse caso, apenas 4 deles.

A pesquisa das políticas de assistência estudantil e as entrevistas com as assistentes sociais do *Campus* Palmas permitiu ter uma perspectiva dessa área de atendimento e do perfil dos estudantes. Nesse sentido, foi possível aferir que os estudantes apresentam condições sociais e econômicas discrepantes e são de diferentes classes sociais, alguns, inclusive, que passam fome, segundo os relatos das servidoras. Na pesquisa de campo, contudo, não foi possível constatar essa condição de vulnerabilidade, e sim que os estudantes dispõem de alguns bens.

c) Participação e frequência em atividades sociais e culturais, e a natureza dos assuntos que são abordados em família ou na escola

Segundo as respostas dos estudantes, os passeios de lazer, como idas aos parques e praças de que a cidade dispõe são os mais frequentes. Também se destacam os passeios aos shoppings, segundo lugar de frequência, seguido pelas idas a festas e à praia. Além disso, na consulta entre 16 opções de lazer, entretenimento ou cultura, foi possível estabelecer que o estudante frequenta com mais assiduidade as igrejas ou templos religiosos e, com menos frequência, os museus e teatros.

As baixas médias de frequência dos estudantes nas atividades relacionadas a museus e teatros não deveriam ocorrer, visto que Palmas dispõe de todas essas opções, localizadas na parte central da cidade, na Praça dos Girassóis, com vários monumentos, museu e outras opções culturais e turísticas.

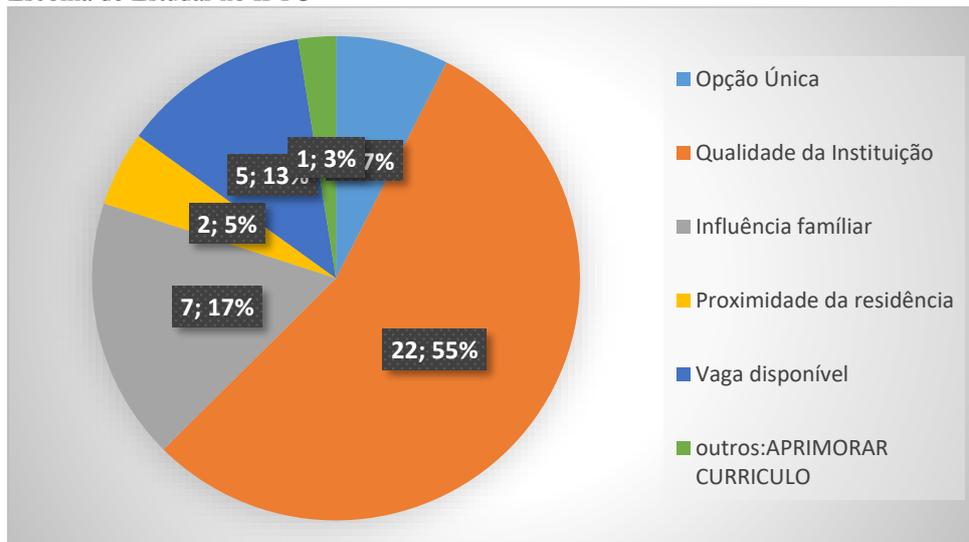
Consultados sobre as conversas relativas ao trabalho, religião, drogas, amizade e sexo, as respostas mostram que os assuntos profissionais são os mais frequentes entre as conversações dos estudantes. Contudo, é possível constatar que raramente os estudantes falam sobre religião, sexo ou drogas.

d) Aspectos Relacionados a Vida Acadêmica, ao Curso e ao *Campus* Palmas, do IFTO

Foi questionada a escolha do estudante em estudar no *campus*, a escolha do curso, se utiliza os conhecimentos obtidos no curso e se trabalha na área que cursa. Também foram avaliados aspectos em relação à estrutura de que o *campus* dispõe, tanto em relação aos recursos físicos como os recursos humanos.

Em relação à escolha de estudar no IFTO, 22 estudantes responderam que a preferência se deu pela qualidade da instituição, ou seja, mais de 50% dos pesquisados. Os demais estudantes entrevistados declararam que: 7 escolheram por influência familiar, 5 por ter vagas disponíveis, 3 pela opção única de curso, 2 pela proximidade de morar perto do *campus*, e uma respondeu que escolheu estudar no IFTO para aprimorar seus conhecimentos. Essas respostas mostram que existe uma grande diversidade de aspectos ou variáveis que incidem na escolha do IFTO.

Escolha de Estudar no IFTO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Já com relação à escolha do curso, 14 discentes responderam que gostariam de fazer outro curso, mas que deverão fazê-lo com base nos cursos ofertados pelo IFTO de Palmas. Além disso, 13 estudantes declararam que sempre tiveram a intenção de fazer o curso, e 7 responderam que sempre tiveram a intenção de fazer o curso, contudo só foi possível com a oferta pelo IFTO. Ainda, 2 estudantes responderam que não tinham a intenção ou perspectiva de fazer qualquer curso, e 4 declararam não ser nenhuma das respostas. Vale ressaltar que são relativamente poucos, 7 estudantes, ou 17,5% do total, os que demonstraram ter segurança no curso que escolheram.

A intenção de fazer outro curso, de acordo com os ofertados pelo IFTO, como resultado da maioria de respostas dos estudantes pesquisados, vai ao encontro do modelo de formação verticalizado, proposto pelos Institutos e já presente no modelo do antigo CEFET, em 1978. Segundo Zago (2018), essa formação, composta por diversos níveis e modalidades de educação, possibilita a construção de um itinerário formativo que, além de atender às expectativas do aluno quanto à sua formação, permite que esse itinerário seja realizado em uma única instituição (ZAGO, 2018).

Em relação ao trabalho e ao curso, 36 estudantes não trabalham na área, contudo 29 usam os conhecimentos obtidos com o curso em outras atividades em que atuam. Relaciona-se nessa amostragem que 18 estudantes não trabalham, portanto, se 22 trabalham e 29 usam os conhecimentos obtidos pelo curso em outras atividades, pode-se inferir que, para 72,5% dos entrevistados, existe a aplicabilidade imediata dos conhecimentos que adquirem no curso em outras profissões ou ofícios que exercem atualmente.

Por fim, com relação à opinião que os estudantes têm do IFTO, suas instâncias e instalações, foram consultados 13 aspectos, os quais poderiam considerar como muito bom, bom, razoável, ruim e muito ruim.

Na opinião dos estudantes em relação à Direção-Geral do *campus*, à coordenação dos cursos, aos professores e à qualidade de ensino, destaca-se que a maioria dos entrevistados consideram a Direção-Geral e a coordenação de cursos como boas, e os professores e a qualidade do ensino como muito bons.

A maioria ou a metade dos entrevistados considerou que os laboratórios são bons, a biblioteca é muito boa e a cantina e as salas de aulas são boas. Em relação a limpeza, segurança, organização, convivência com os colegas e acesso à tecnologia, é destaque na opinião dos estudantes a convivência com os colegas, como muito boa, e a limpeza, a segurança, a organização e o acesso à tecnologia no *campus*, como bons.

4. Política de assistência estudantil no *Campus* Palmas e propostas para subsidiar o atendimento aos estudantes

Foi possível determinar que há um número expressivo de estudantes em situação de retenção e evasão no *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins. Diante disso, e tendo por entendimento que as políticas de assistência estudantis devem atuar no acesso, permanência e êxito dos estudantes, foram realizadas entrevistas com as assistentes sociais do *Campus* Palmas, além de examinados documentos pertinentes ao assunto.

O Regulamento do Programa de Assistência Estudantil foi implantado conjuntamente com a Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, em 2011, e, posteriormente, reformulado em 2014. Dispõe de 2 Eixos: Eixo Universal, destinado aos programas de acompanhamento, como assistência social, psicológica, médica, odontológica e inclusão, e programas de ensino, pesquisa e extensão; e Eixo de Serviços Essenciais ou Apoio ao Estudante, para estudantes em situação de vulnerabilidade social, ofertando auxílios para alimentação, moradia, transporte, creche, material didático, uniforme, bolsa atleta e emergencial (IFTO, 2014).

No ano de 2019, durante o processo de seleção para concessão de auxílios estudantis realizado na unidade, 1.739 estudantes se candidataram, contudo, 861 não tiveram suas inscrições homologadas por não apresentarem os requisitos necessários. Nessa seleção foram beneficiados 878 estudantes do Eixo de Apoio ao Estudante, assim distribuídos: 500 com auxílio-alimentação (também é o recurso que exige mais investimentos, visto que é o único que pode ser cumulativo); 370 assistidos pelo Perfil 1 (transporte urbano, material didático e atleta); 200 com o Perfil 2 (moradia, creche e transporte intermunicipal); e 43 beneficiados com o auxílio emergencial. No Eixo Universal foram destinados somente R\$ 200,00 para auxílio-viagem.

De acordo com as entrevistas realizadas com as assistentes sociais, apesar da oferta dos auxílios e benefícios, não é possível garantir a permanência do estudante, visto que, além de insuficientes na quantidade, são baixos em relação aos custos que devem ser cobertos. Os repasses equivalem a baixa, média e alta vulnerabilidade, e correspondem aos auxílios nos valores de R\$ 80,00, R\$ 150,00 e R\$ 250,00 (IFTO, 2020).

A assistência estudantil trabalha na perspectiva de acesso, permanência e êxito, não somente no que se refere ao recurso financeiro, mas também aos serviços especializados, conforme previsto no regulamento de AE, nas ações promovidas para atender os estudantes, pelo Eixo Universal (IFTO, 2020). Nesse contexto, a equipe do *Campus* Palmas conta com médicos, enfermeiros, auxiliar e técnico de enfermagem, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionista e profissionais de educação física. Assessorando essas atividades, a unidade também realiza atendimento pedagógico com supervisores educacionais, técnicos e pedagogos.

Os serviços especializados atuam além das dificuldades financeiras dos estudantes, que podem ser de aprendizado, da falta de suporte acadêmico e de incentivo aos estudos, de conciliação do trabalho com o curso, motivacionais, problemas familiares, de saúde ou pedagógicos. As causas relativas a evasão ou retenção do estudante podem ser muitas, contudo é preciso realizar esse diagnóstico para apontar as necessidades concretas dos discentes, propondo ações de intervenção e resolução dos problemas.

Nesse sentido, e em conformidade com os objetivos deste estudo, o fortalecimento das políticas de assistência aos alunos, atuando para assegurar a melhoria da qualidade de vida e do rendimento estudantil, poderá contribuir na garantia da permanência destes na instituição. Contudo, para tal fim, são propostas algumas orientações de mudanças nos procedimentos da instituição.

O setor responsável pela aplicação das políticas estudantis deverá compartilhar suas atribuições. Ou seja, deverá contar com uma rede de colaboradores, sejam eles docentes,

técnicos ou terceirizados, atuando como mediadores no atendimento aos estudantes. A responsabilização ou atribuição da permanência dos estudantes não deve ser delegada a um setor ou realizada por meio de comissões com alguns profissionais. Conforme já mencionado, o “ensino é a razão de ser” da instituição, mas de nada vale sem seus estudantes.

Além disso, conforme analisado em relatórios da assistência estudantil do *Campus Palmas*, as comissões não eram plenamente eficientes, já que foram constatadas muitas ausências em poucos encontros. O comprometimento, nesse entendimento, poderá ser estabelecido por meio de metas ou indicadores e estendido aos demais profissionais da unidade.

- Criação de um sistema de inserção, monitoramento e avaliação do perfil discente. Tal instrumento poderá auxiliar nas demandas pontuais de auxílio ao estudante, através da disponibilização de informações dos alunos.

Atualmente, o setor de assistência estudantil não tem suporte para o conhecimento e acompanhamento dos seus estudantes, exceto por aqueles que procuram o setor ou, ainda, de acordo com os questionários que são respondidos no ato da matrícula. Ou seja, dados escassos, levando-se em conta as necessidades e particularidades dos estudantes.

O levantamento das dificuldades e necessidades dos estudantes, por meio do diagnóstico que poderá ser realizado através de um sistema, torna-se imprescindível para a intervenção social e a articulação e execução de ações, programas e projetos.

- Parcerias com órgãos públicos ou privados. As parcerias são essenciais para a realização de ações de qualquer natureza, desde a viabilização de permutas ou descontos para os estudantes na utilização de transporte, alimentação, internet e material didático até a viabilização de visitas técnicas e a utilização de laboratórios e instalações que possam contribuir com o aprendizado.

A comunicação e divulgação pode ser um importante instrumento nessas parcerias, visto que há um número significativo de estudantes, além de outros públicos, que, de forma direta ou indireta, participam da vida acadêmica no *Campus Palmas*. A celebração de convênios também pode proporcionar ao estudante a prática dos conteúdos adquiridos em sala de aula, o que deverá repercutir consideravelmente no seu estímulo e motivação.

A qualidade de vida pode, em alguns casos, independe da renda, visto que a renda, por si só, não garante a qualidade de vida. Contudo, em geral, qualidade de vida e renda caminham juntas (IBGE, 2019). Diante disso, pode-se conceber que a oferta de auxílios é fundamental para a permanência do estudante, mas deve vir junto com outras ações e estratégias que visem ao atendimento integral ao discente e garantam sua permanência e êxito na escola.

As propostas aqui apresentadas são contribuições viáveis, visto que por meio da sensibilização e conscientização da responsabilização de todos haverá engajamento na criação de programas, projetos e atividades que atuem predominantemente na retenção, na evasão e na qualidade de vida dos estudantes no *Campus Palmas*.

Considerações finais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é parte da Rede Federal de Educação Profissional, que compreende atualmente 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. É resultante do processo de legitimação da educação profissional e tecnológica no Brasil e das propostas governamentais que enfatizam e promovem a educação profissional como política pública de inserção do jovem no mercado de trabalho e na sociedade.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem formado uma numerosa quantidade de técnicos todos os anos, com uma excelente qualidade da educação, reconhecida pelas avaliações em largas escalas nacionais e internacionais. Porém, esses números poderiam ser muito maiores, não fossem as elevadas taxas de evasão e retenção e, conseqüentemente, a baixa taxa de conclusão dessa rede (SILVA, 2013).

Além disso, diante dessa perspectiva de crescimento da Rede Federal e dos IFs e, mais especificamente, da criação do Instituto Federal do Tocantins, ocorreu na instituição um aumento da oferta de cursos e, conseqüentemente, da procura de estudantes por qualificação. Esse público, alvo para a instituição de ensino, não é de fato investigado ou considerado na maioria das atividades ou ações implementadas, exceto por determinações governamentais que ocorrem sistematicamente para todas as outras instituições, sem levar em consideração as realidades locais ou regionais ou mesmo as especificidades e heterogeneidades dos estudantes. Daí, portanto, a necessidade de investigação dos discentes do *Campus Palmas*, do IFTO.

O “Questionário sobre as Características Socioeconômicas dos Estudantes do Instituto Federal do Tocantins – *Campus Palmas*” foi norteado para investigar quem são os estudantes do Instituto Federal do Tocantins, identificar informações como faixa salarial, gênero, idade e local de origem desses estudantes e, mais especificamente, determinar suas características socioeconômicas. O instrumento também permitiu definir as atividades de lazer ou culturais que os estudantes costumam frequentar e, por fim, constatar suas impressões quanto ao *Campus Palmas* e ao curso que escolheram.

Quanto à identificação inicial do estudante, concernente ao sexo, raça ou cor, faixa etária, estado civil, renda, tipo de moradia, naturalidade e trabalho, os resultados gerais apontam, de um modo geral, o que segue. O discente do IFTO é, na sua maioria, do sexo feminino, com 55% dos resultados; 60% declararam cor ou raça como pardos; 62,5% estão na faixa etária de 18 a 28 anos; 55% trabalham; 75% são solteiros; 58% nasceram no Tocantins, e o restante está distribuído em outros 6 estados do Brasil. Em relação a moradia, 82,5% reside com a família e 55% moram em residências de aluguel ou semelhante. A renda de 67,5% é de até 2 salários mínimos, ou seja, um estudante caracterizado como pobre, segundo a caracterização geral de renda. As informações obtidas pelos questionários foram amplamente percorridas e correlacionadas a outras fontes de dados, como IPEA, IBGE, teses ou artigos.

Conforme já observado, com a criação dos Institutos Federais, além da ampliação de vagas e cursos, ocorre um processo significativo em relação aos índices de retenção e evasão. No IFTO não é diferente, já que através dos dados coletados junto à Secretaria Acadêmica do *Campus Palmas* foram diagnosticados mais de 40% dos estudantes retidos ou evadidos.

Diante disso, foi necessário realizar outra pesquisa, dessa vez direcionada às assistentes sociais do *Campus Palmas*, na qual se pretendeu entender as necessidades dos estudantes no atendimento realizado por meio dessa equipe multidisciplinar da unidade. Da mesma forma, foi necessário investigar mais especificamente as políticas, os programas, os auxílios e os benefícios que são ofertados em razão dessas carências, tanto da unidade de Palmas, no âmbito da instituição IFTO, como também de acordo com as políticas disponibilizadas pelo governo federal.

Foi constatado que, apesar da atuação do setor de assistência estudantil, no cumprimento das políticas de assistência e na aplicação dos recursos financeiros, bem como das ações promovidas pela equipe multidisciplinar para atendimento aos alunos, não é possível garantir a permanência do estudante. Os recursos financeiros são insuficientes e os auxílios destinados aos estudantes, não cobrem as despesas necessárias à sua manutenção na escola. Além disso, a equipe multiprofissional que integra o atendimento não realiza um trabalho efetivo, dada sua estrutura, o número expressivo de estudantes e a falta de informações.

Os estudantes integram um grupo complexo, com dificuldades não só de cunho financeiro, mas muitos com problemas familiares, históricos de violência, falta de incentivo das famílias, de afinidade com o curso ou de conciliar as atividades escolares com o trabalho. Esses e outros problemas repercutem no desempenho escolar e acabam também refletindo na retenção e na evasão dos estudantes.

A assistência estudantil precisa se adequar às novas demandas da sociedade e de acolhimento dos seus estudantes, garantindo, dessa forma, o que é determinado pelo art. 205 da

Constituição Federal de 1988. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF,1988).

Torna-se imperativo, portanto, o fortalecimento das políticas de assistência aos alunos, e, para tal fim, são propostas algumas orientações de mudanças nos procedimentos da instituição, conforme apresentado anteriormente.

Trata-se de contribuir para a construção de uma instituição mais democrática e comprometida, capaz de apresentar soluções para os problemas dos estudantes, por meio de programas e políticas estratégicas para manutenção do ensino técnico e tecnológico, diminuindo significativamente a evasão, atuando na permanência, na qualidade de vida e no sucesso profissional do discente.

Referências

ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Índice de Desenvolvimento Humano no Tocantins – IDH. 2010. Disponível em:
http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/tocantins. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jun. 20.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Publicado no DOU, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008d.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Brasília, DF: 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a. Disponível em:
<http://mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997**. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec2406.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Brasília, DF: 2006. Institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006b.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF: 2007e. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF, 2007b.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. **Chamada Pública MEC/Setec nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007**. Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Anais e Deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – I CONFETEC**. Brasília, DF, 2007d. Disponível em: https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/anais_e_deliberacoes_da_i_confetec.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto de Lei: PL 3775 de 16 de julho de 2008**. Brasília, DF: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, 2008c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/projetolei_ifets.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo de Cursos Técnicos 3a. edição**. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7745_1-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Prestação de Contas Ordinária Anual**: relatório de gestão 2010. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Plataforma Nilo Peçanha. Brasília, 2018. Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

IBGE. **Sínteses de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

IFTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2015-2019**. Disponível em <http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-2015-2019.pdf/view>. Acesso em: 27 maio 2020.

IFTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2020-2024**. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf/view>. Acesso em: 17 mar. 2020.

IFTO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, Curso Bacharelado em Engenharia Elétrica, 2019**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-palmas/bacharelado-em-engenharia-eletrica>. Acesso em: 17 jun. 2020.

IFTO. **Minuta do Regime Interno do Instituto Federal do Tocantins**. 2020. Disponível em: http://www.ifto.edu.br/palmas/centrais-de-conteudos/documentos/documentos-para-colaboracao/regimento_interno.pdf/view. Acesso em: 12 jun. 2020.

IFTO. **Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, 2014**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/assistencia-estudantil/regulamento-assistencia-estudantil-2edicao.pdf/view>. Acesso em: 17 jun. 2020.

IFTO. **Relatório Anual da Comissão Local de Assistência Estudantil do Campus Palmas, do IFTO – 2019**.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana. São Paulo: Moderna, 2011.

SILVA, T.L. da. **Baixa Taxa de Conclusão dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Juiz de Fora, 2013. Disponível em <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/08/TADEU-LUCENA-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TOCANTINS. Indicadores Socioeconômicos do Estado Tocantins, Governo do Tocantins, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/349157/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ZAGO, M.F. **Configuração e Consolidação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Tese (Doutorado em Educação), Piracicaba, 2018. Disponível em http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/03072018_173045_marciadefreitaszago_ok.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.